

## 1958: O ANO QUE NÃO DEVEIA TER COMEÇADO

JOSÉ CARLOS DA COSTA PINHEIRO -  
*Historiador, Bacharel em Direito e Pesquisador  
do CEEC/UNEB*

A retrospectiva histórica das secas do Nordeste brasileiro, registra a primeira notícia no ano de 1552. Em 1618, o Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633), editado em 1958 pelo Ministério das Relações Exteriores, traz um documento descrevendo o drama da seca vivido por Melchior Dias Moréia, quando da sua viagem ao sertão em busca de salitre<sup>1</sup>. Intento não concretizado, pois a seca obrigou-o junto com o seu grupo a retornar ao local de origem.

Depois desta seca, muitas outras ocorreram<sup>2</sup>, com maior ou menor intensidade, ou até com maior ou menor divulgação. Mas, o traço comum a todas elas sempre foi o rastro de destruição que deixaram, e as milhares de vidas que sempre sucumbem a sua aparição.

O ano de 1958 é um dos momentos agudos da seca nordestina. Sobre este ano, já foram escritos vários trabalhos, por ser um ano de grandes mudanças no Brasil. A euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek,(1958/61) através do seu Plano de Metas, gera uma série de realizações. Além da construção de Brasília, criação da SUDENE, os grupos executivos setoriais, construção de hidrelétricas, implantação do parque automobilístico, ampliação produtiva da Petrobrás e outros empreendimentos arrojados, efervescência cultural, seleção brasileira campeã do mundo, o Brasil começava a deixar de ter uma característica rural, para assumir uma feição marcadamente urbana.

Este clima de otimismo nacional que contagiou todas as elites, e que tem rebatimentos no presente, a ponto de no momento surgirem ensaios que sugerem que 1958 “não devia terminar”, justifica por si só um estudo mais acurado da seca desse ano. De um lado estavam aqueles que achavam que o ano foi maravilhoso, do outro estavam aqueles que viveram nesse ano um verdadeiro inferno.

Embora as vozes da seca fossem abafadas, pelas vozes do desenvolvimentismo, sobraram alguns espaços nas manchetes dos jornais. Mas, parece que as elites não tinham olhos para enxergar e não tinham ouvidos para ouvir o grito dos desesperados. Naquele momento, os olhos das elites estavam voltados para o que podia ser o plano piloto de Brasília, e os ouvidos estavam sintonizados nos motores Volkswagem que mais tarde iriam ocupar as ruas do país.

Mesmo assim, é possível ter a dimensão do flagelo quando se garimpa algumas manchetes e reportagens dos jornais, e aqui destaca-se principalmente o jornal A Tarde:

27-03 “novas notícias do Ceará relatam que uma multidão de flagelados invadiu a cidade de Amaniátuba, saqueando todo comércio e invadindo a delegacia local, onde se apoderou de toda alimentação dos presos”. 29-03 “grandes deslocamentos de populações em direção às cidades, onde procuram elas socorro para suas necessidades”.

<sup>1</sup> Nome popular do nitrato de potássio ou nitro, matéria prima para o fabrico da pólvora artesanal.

<sup>2</sup> Secas:1710/11;23/27;36/37;44/45;77/78;1808/09;24/25;1835/37;44/45;77/79;1911/15;32;52;58.

Na cidade de Souza, na Paraíba, havia cerca de 12000 mil flagelados, e as conseqüências de tais aglomerações são bem fáceis de se prever. Isso fez com que o governo buscasse medidas saneadoras, tanto que , em 12 de maio, o Presidente da República assinou um decreto, abrindo um crédito extraordinário de dois bilhões de cruzeiros, destinados a socorrer as vítimas da seca do nordeste, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) , o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e outros Órgãos federais.

O socorro em detrimento da prevenção, sempre foi o traço característico da intervenção do governo federal. Nenhuma política de longo alcance, que privilegiasse a convivência da população com a seca, foi adotada ao longo da história. Sempre, a intervenção governamental correu atrás das manchetes dos jornais, ou das invasões e saques das cidades. O que sempre ocorreu na verdade, é que a cada seca , grandes levas de nordestinos, começavam a vagar inicialmente pelas pequenas cidades do sertão, depois pelas médias, e como essas cidades não tinham a mínima estrutura para promover o socorro, o destino final eram as grandes cidades do litoral nordestino, ou as grandes metrópoles nacionais como Rio e São Paulo, conforme pode ser observado:

07-04 “Nordestinos chegam ao Rio, corridos pela seca buscam melhor destino. Dezenas de nordestinos, não só em paus-de-arara, mas também, em linhas normais de ônibus, continuam a chegar, diariamente ao rio em busca de melhores condições de vida.

Iludidos com a promessa de bons salários, na Capital do país muitos deles desembarcaram no campo de São Cristóvão com a esposa e a filharada, agravando ainda mais nossos problemas sociais[...] chegam completamente desamparados, tentando obter colocação em troca de um salário mínimo que não dá para a manutenção da família. Esse drama social decorre da seca que assola várias regiões do Nordeste [...] , grandes levas de flagelados em busca de oportunidade no Rio”.

Mesmo quando abre espaços para o drama dos flagelados, os jornais do Centro-Sul , não assumem as conseqüências da seca como um problema de todo Brasil, e isso fica claro quando diz “agravando ainda mais nossos problemas sociais”.

A leitura deste trecho, revela o que sempre foi a tônica do enfoque das elites para o problema humano da seca; torná-la estranha, remetê-la para um outro lugar , pois a regionalização dos problemas funcionava - como até hoje funciona – como uma válvula de escape para se fugir da responsabilidade, que nestes momentos é principalmente delas, que são definidoras das prioridades e políticas de intervenção do Estado Brasileiro.

Além de tornar a seca um problema dos sertanejos, a cobertura da imprensa sempre buscou torná-la sem rostos nem nomes, reduzindo-a a meros dados estatísticos que minimizavam os seus efeitos. Mas em algumas ocasiões este bloqueio era rompido , e surgiam os dramas pessoais como pode ser visto a seguir:

“Um desses retirantes de nome Acrísio Inácio da Luz , declarou que pelas estradas do sertão só se vêem esqueletos de gado, em meio a paisagem desoladora dos campos ressecados. Um outro , Inácio trabalhava no caldo de cana do mercado da Cidade Alta, em Natal. Ganhava lá 2200 cruzeiros e resolveu vir agora para o Rio para melhorar a sua vida. Disse que é noivo e seu irmão, Orlando Inácio da Luz, zelador da TV-Rio, lhe escreveu para que viesse, prometendo-lhe um emprego com salário mínimo de 3800 cruzeiros. Antônio Rodrigues, outro fugitivo da seca, pagou mil cruzeiros para vir de caminhão de Campina Grande, na Paraíba onde trabalhava com salário de 500 cruzeiros mensais. Disse

não possuir nenhuma arte nem instrução, esperando obter colocação como trabalhador. Está no Rio Há dez dias sem conseguir trabalho. Os 600 cruzeiros que trouxe já gastou. Paga 40 cruzeiros para dormir; 30 cruzeiros por um prato feito ( arroz, feijão e carne ) ; e dez cruzeiros por um banho de chuveiro frio, sem direito a toalha ou sabão. Sua esperança é conseguir uma passagem gratuita para voltar à sua terra. Se nada obtiver, dormirá na rua, pois seu dinheiro acabou ontem.”

Fica evidente que para o Brasil dos cinquenta anos em cinco, era inadmissível conviver com flagelados da seca nordestina, pois até no momento em que a imprensa apresentava rostos e nomes, deixava claro nas suas entrelinhas , que esses flagelados nada tinham a oferecer à “cidade maravilhosa” , pois não tinham “nenhuma arte ou instrução”, e que a única trilha a ser seguida por eles era o caminho de volta para o sertão. A despeito desta forma tendenciosa com que era tratado o drama dos flagelados, os depoimentos eram bastante reveladores. No caso acima descrito, pode-se constatar a dimensão da tragédia – um trabalhador, que sai de uma cidade pequena, para uma cidade grande desconhecida, sem ter nenhum amigo , parente, ou qualquer referência, e com dinheiro suficiente para apenas vinte almoços.

O penoso suplício da viagem de ida, muitas vezes tornava-se maior quando este alcançava o seu destino , ficando quase que impossível viver de uma outra forma que não fosse através da mendicância, e as reportagens da época trazem de forma eloqüente esta situação:

“Muitos outros nordestinos encontram-se em situação idêntica à de José Agostinho da Silva, que veio do Rio Grande do Norte há um mês e não obtendo emprego, não pode agora voltar por não ter recursos para comprar a passagem. José trabalhava na padaria S. Sebastião , em Guarabira, e ganhava 800 cruzeiros para sustentar a esposa, Severina Batista e a filha, Maria de Fátima, de três meses. Não encontrou emprego. Mandará a esposa de volta com a filha e ficará no Rio, mesmo desempregado.”

A leitura dos jornais mostra também as formas diferenciadas que a seca atinge as diferentes classes sociais no campo nordestino. As primeiras notícias, sempre falam dos pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados , enquanto que a seca só atinge os proprietários algum tempo depois. Em alguns períodos de flagelo , a diferença entre o início da fuga da população, para o aparecimento dos problemas dos fazendeiros, chega até a oito meses.

No caso da seca de 1958, pelas fontes pesquisadas essa diferença chegou a três meses, como pode ser observado na seguinte reportagem:

“Desaparecem os rebanhos do Ceará, os fazendeiros vendem o gado que resta por qualquer preço. Um dos aspectos mais tristes da atual seca do Ceará, é o drama que estão vivendo os criadores. O gado está fadado a desaparecer por falta de pasto... Os fazendeiros, alarmados, estão perdendo seus rebanhos por qualquer preço e, mesmo assim , poucos se aventuram a comprá-los, a não ser as rezes em melhores condições ainda capazes de transpor as fronteiras do Ceará e alcançar o vizinho estado do Piauí.”

A corrupção nas obras das secas ou nas frentes de emergência , sempre foi algo muito antigo<sup>3</sup>, e não fugiu à regra na seca de 58. Nas frentes de serviços 370.000 flagelados conseguiam o seu sustento com CR\$ 30 (trinta cruzeiros) por dia, que equivalia ao preço de um prato-feito no Rio de Janeiro ou a metade do custo de manutenção de um cavalo do exército brasileiro . Ainda assim, os jornais denunciavam que em algumas cidades , chefes políticos ficavam com 25% do salário de cada flagelado. Em outras áreas, o governo entregou as obras de emergência à firmas que pagavam aos flagelados, com bens que estes não necessitavam, a exemplo de um pagamento com brilhantina, que depois era recomprada pela metade do preço. Os donos de armazéns e empórios comercializavam feijão estragado e farinha mofada pelo triplo do preço.

Esta corrupção dos coronéis nordestinos, sempre serviu de justificativa para que não fossem liberados os recursos necessários às obras emergenciais, no entanto, ela não se restringe aos chefes políticos locais, e lança seus tentáculos até os políticos do poder central. Na seca enfocada, a revista Time publica uma reportagem , reproduzida pelo jornal A Tarde , que trata de escandalosa corrupção, que agravava sobremaneira os efeitos da estiagem, abusos cometidos à sombra da proteção aos flagelados. No Rio Grande do Norte, um encarregado de construir um projeto de irrigação de grande porte, confessou que um milhão de dólares fora desviado, e que parte havia sido gasto em gratificações a senadores e deputados do PSD, partido do Presidente JK.

O problema climático na seca nordestina talvez seja o elemento menos agravante da situação. Desvio de dinheiro, falta de políticas de longo prazo, estrutura fundiária concentrada, e até mesmo o desconhecimento da região, são os fatores que tornam as conseqüências tão desastrosas. O ano de 1958 não fugiu dessa regra infame, embora para alguns fosse um ano que nunca deveria ter terminado.

#### Referências

- 1-Livro **Primeiro do Governo do Brasil (1607/1633). Ministério das Relações Exteriores -1958.**
- 2-Jornal **A Tarde**, 27/03/1958. (Rio, 27/03)
- 3-Jornal **A Tarde**, 29/03/1958.
- 4-Jornal **A Tarde**, 7/4/1958.
- 5-Jornal **A Tarde**, 10/05/1958. (Fortaleza, 06/03)
- 6-Jornal **A Tarde**, 30/05/1958.
- 7-Andrade, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo. Editora Brasiliense, 3ª Edição Revisada e Atualizada. 1973.
- 8- Cunha, Euclides da. **Obra Completa.** Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar., 1995. Volume II, pág 122.
- 9- Villa, Antonio Marco. **A Queda do Império (Os últimos momentos da monarquia no Brasil )**. São Paulo. Editora Ática –1996. págs 61/62

---

<sup>3</sup> “A última festa da monarquia e símbolo da derrocada do antigo regime foi o Baile da Ilha Fiscal, realizado a 9 de novembro de 1889 para homenagear a oficialidade da marinha chilena que estava no Rio de Janeiro (...) teriam sido gastos 200 contos de réis, que segundo a oposição foram retirados da verba destinada a combater a seca do Ceará. Os jornais informaram que foram consumidos na festa da ilha Fiscal 1200 latas de aspargos, 1300 frangos, 64 faisões, 20 mil sanduíches, 14 mil sorvetes, 2900 pratos de doces, 10 mil litros de cervejas e trezentas caixas de vinhos e outras bebidas”.